



1ª FASE | OAB 42

SIMULADO DE NIVELAMENTO



Simulado de Nivelamento OAB

Prova Objetiva

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do Exame de Ordem da OAB;
- As questões abrangem os temas mais importantes para a sua aprovação no Exame de Ordem, conforme as preferências da banca FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Caso você deseje comparar o seu resultado com os demais alunos, faça o simulado diretamente no SGOAB, neste link: <https://oab.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/5c3be348-5de3-427b-9e35-4e4c670a5344>
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir do gabarito que será disponibilizado em outro caderno em .PDF, como esse, e igualmente no link acima.

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXIV Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp etc.* Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

Código de Ética e Estatuto da OAB

Questão 1. 4000010321

Sebastião, advogado, celebrou contrato de mandato com o cliente Amir, para representá-lo extrajudicialmente, tendo realizado diligências em prol da resolução do imbróglio.

Desde a celebração do mandato, passaram-se mais de 20 (vinte) anos, mas as atividades para as quais Amir contratou Sebastião, por sua própria natureza, se protraíram no tempo, sendo ainda necessária a Amir.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) O mandato extinguiu-se pelo decurso do tempo, salvo se previsto prazo diverso no respectivo instrumento.
- b) O mandato extinguiu-se pelo decurso do tempo, sendo vedada a previsão de prazo diverso no respectivo instrumento.
- c) O mandato não se extinguiu pelo decurso do tempo, salvo se foi consignado prazo no respectivo instrumento.
- d) O mandato não se extinguiu pelo decurso do tempo, sendo vedada a estipulação de prazo no respectivo instrumento.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão trata do tema mandato entre cliente e advogado.

A alternativa A está incorreta. Esta afirmação é incorreta porque a lei não estabelece uma regra geral de extinção do mandato pelo simples decurso do tempo, nem proíbe a estipulação de prazos para a duração do mandato no respectivo instrumento.

Veamos o Código de Ética da OAB: Art. 16. O mandato judicial ou extrajudicial não se extingue pelo decurso de tempo, desde que permaneça a confiança recíproca entre o outorgante e o seu patrono no interesse da causa.

A continuidade do mandato, portanto, está intrinsecamente ligada à manutenção da confiança mútua entre as partes. A confiança, senão o alicerce dessa relação, sustenta a representação do cliente pelo advogado além do tempo, sublinhando a importância da comunicação e do entendimento mútuo na advocacia. Esta disposição reforça o princípio de que a advocacia, mais do que uma mera prestação de serviço, é uma parceria baseada na confiança e no compromisso com os interesses do cliente.

A alternativa B está incorreta. O mandato, especialmente na advocacia, não se extingue automaticamente pelo decurso do tempo, e a lei permite que as partes estipulem prazos no contrato de mandato. Essa flexibilidade permite que advogado e cliente definam os termos de sua relação conforme as necessidades específicas do caso, respeitando sempre os princípios éticos e legais da profissão. Tal disposição visa acomodar as variadas naturezas dos casos jurídicos, garantindo que o mandato possa ser ajustado para melhor atender às exigências de cada situação específica, seja em termos de duração ou de objetivos a serem alcançados.



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

A alternativa C está correta. Conforme o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Código Civil brasileiro, o mandato conferido a um advogado para representação extrajudicial de um cliente não possui prazo de validade fixo ou determinado pelo mero decurso do tempo. A relação de mandato entre advogado e cliente permanece válida e eficaz enquanto cumprir as finalidades para as quais foi estabelecida, a menos que um prazo específico tenha sido expressamente acordado no instrumento de mandato. Portanto, na ausência de um prazo estipulado no contrato de mandato, este não se extingue automaticamente pelo decurso do tempo, permanecendo vigente até que as partes decidam terminá-lo ou até a conclusão das atividades contratadas. Esta disposição assegura a continuidade da representação legal, adaptando-se às complexidades e à evolução das necessidades jurídicas do cliente, sem a imposição de limites temporais arbitrários que possam prejudicar os interesses envolvidos.

Vejamos o Código Civil: Art. 682. Cessa o mandato: I - pela revogação ou pela renúncia; II - pela morte ou interdição de uma das partes; III - pela mudança de estado que inabilite o mandante a conferir os poderes, ou o mandatário para os exercer; IV - pelo término do prazo ou pela conclusão do negócio.

Assim, entende-se que não havendo prazo, o mandato é dado por prazo indeterminado.

A alternativa D está incorreta. Esta opção é incorreta porque, apesar de acertar ao dizer que o mandato não se extinguiu pelo decurso do tempo, erra ao afirmar que é vedada a estipulação de prazo no contrato de mandato. O Código Civil e o Estatuto da OAB permitem que as partes acordem sobre a duração do mandato, incluindo a possibilidade de definir um prazo para sua vigência.

Permitir a estipulação de um prazo no contrato de mandato oferece flexibilidade para que advogado e cliente possam organizar a representação jurídica de acordo com as peculiaridades e a duração prevista para a questão ou processo em mãos, garantindo assim uma gestão eficaz e alinhada às expectativas de ambos.

Questão 2. 4000009450

Uma sociedade de advogados decidiu patrocinar a realização de um evento, sob o formato de um congresso, em certo hotel de lazer do tipo “resort”, que conta com área de conferências, com o explícito fim de publicidade de suas atividades profissionais. Considerando a forma de publicidade escolhida, assinale a afirmativa correta.

- a) Não é autorizada, independentemente de quem seja o público convidado para o evento, tendo em vista o local escolhido. Todavia, se o congresso fosse realizado em local diverso do hotel selecionado, seria admitido o seu patrocínio como meio de publicidade.
- b) É admitida, desde que os participantes sejam apenas integrantes da sociedade de advogados, funcionários ou clientes.
- c) É autorizada, sendo admitida a participação de clientes da sociedade de advogados e de interessados do meio jurídico.
- d) Não é autorizada, independentemente de quem seja o público convidado para o evento, ou do local onde realizado.

Comentários

A alternativa correta é a letra C.



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

O gabarito preliminar da banca apontou como correta a letra “C”. Todavia, entende-se que tal questão caberia recurso, pois da análise do enunciado a letra “D” é a que melhor atende aos elementos trazidos no enunciado da questão. Isto porque, nos termos do artigo 39, do CED, a publicidade profissional deve sempre ter como base os princípios norteadores da moderação, discrição e meramente informativa, vejamos: “Art. 39. A publicidade profissional do advogado tem caráter meramente informativo e deve primar pela discrição e sobriedade, não podendo configurar captação de clientela ou mercantilização da profissão.”

Ainda, há que se considerar que os Advogados(as) e as Sociedades de Advogados(as) estão permitidos a fazer publicidade de seus serviços jurídicos através do patrocínio de eventos, no entanto, o artigo 45, do CED, estabelece expressamente que devem ser eventos de caráter científico ou cultural, o que não é o caso trazido no enunciado da questão, vejamos: “Art. 45. São admissíveis como formas de publicidade o patrocínio de eventos ou publicações de caráter científico ou cultural, assim como a divulgação de boletins, por meio físico ou eletrônico, sobre matéria cultural de interesse dos advogados, desde que sua circulação fique adstrita a clientes e a interessados do meio jurídico”

Nesse sentido, entendemos que a alternativa apontada como correta pela banca da FGV (letra C), não se revela a mais correta, mas a

letra D, uma vez que o enunciado da questão trouxe a expressa informação de que o patrocínio de evento pela sociedade de advogado tinha como “explícito fim de publicidade de suas atividades profissionais” .

Portanto, para manter a coerência com os termos do CED, acreditamos que deve ser declarada como alternativa correta a letra D e como incorretas as assertivas de letras “a” , “b” e “c” .

Questão 3. 4000004451

O advogado Filipe, em razão de sua notoriedade na atuação em defesa das minorias, foi procurado por representantes de certa pessoa jurídica X, que solicitaram sua atuação pro bono em favor da referida pessoa jurídica, em determinados processos judiciais.

De acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção que apresenta a resposta que deve ser dada por Filipe a tal consulta.

a) É vedada a atuação pro bono em favor de pessoas jurídicas, embora seja possível a defesa das pessoas físicas que sejam destinatárias das suas atividades, desde que estas não disponham de recursos para contratação de profissional.

b) É autorizada a atuação pro bono em favor de pessoas jurídicas, desde que consideradas instituições sociais e que não se destinem a fins econômicos, e aos seus assistidos, sempre que



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

os beneficiários não dispuserem de recursos para a contratação de profissional.

c) É autorizada a atuação pro bono em favor de pessoas jurídicas, mesmo que destinadas a fins econômicos, desde que a atividade advocatícia atenda a motivos considerados socialmente relevantes, independentemente da existência de recursos para contratação de profissional.

d) É autorizada a atuação pro bono em favor de pessoas jurídicas, mesmo que destinadas a fins econômicos, desde que a atividade advocatícia se dirija a motivos considerados socialmente relevantes e as pessoas físicas beneficiárias das suas atividades não disponham de recursos para contratação de profissional.

Comentários

Gabarito: B.

O caso da questão demanda que os alunos/candidatos conheçam o regramento previsto no Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB (Resolução nº 02/2015) para a advocacia pro bono.

Vejamos o caput do artigo 30 do Código de Ética da OAB:

Art. 30. No exercício da advocacia pro bono, e ao atuar como defensor nomeado, conveniado ou dativo, o advogado empregará o zelo e a dedicação habituais, de forma que a parte por ele assistida se sinta amparada e confie no seu patrocínio.

Mas o que é advocacia pro bono?

O próprio Código de Ética nos traz o conceito no artigo 30, § 1º que diz o seguinte: Considera-se advocacia pro bono a prestação gratuita, eventual e voluntária de serviços jurídicos em favor de instituições sociais sem fins econômicos e aos seus assistidos, sempre que os beneficiários não dispuserem de recursos para a contratação de profissional.

Em continuação os §§ 2º e 3º do artigo 30 apresentam outras características:

§ 2º A advocacia pro bono pode ser exercida em favor de pessoas naturais que, igualmente, não dispuserem de recursos para, sem prejuízo do próprio sustento, contratar advogado.

§ 3º A advocacia pro bono não pode ser utilizada para fins político-partidários ou eleitorais, nem beneficiar instituições que visem a tais objetivos, ou como instrumento de publicidade para captação de clientela.

Dos dispositivos acima transcritos podemos concluir o seguinte em relação a advocacia pro bono:

- Tem como características: gratuidade, eventualidade e voluntariedade na prestação dos serviços jurídicos;
- Beneficiário: instituições sociais sem fins econômicos ou pessoas naturais que não dispuserem de recursos para, sem prejuízo do próprio sustento, contratar advogado;



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

· Vedação: uso da advocacia pro bono para fins político-partidários ou eleitorais, beneficiar instituições que visem a tais objetivos, ou como instrumento de publicidade para captação de clientela.

Questão 4. 4000004453

Caio procurou o advogado Rodrigo para que este ajuizasse, em favor do primeiro, determinada demanda judicial. Rodrigo, interessado no patrocínio da causa, celebrou com Caio contrato de prestação de serviços advocatícios com adoção de cláusula quota litis.

Considerando o contrato celebrado, assinale a afirmativa correta.

a) A adoção da cláusula quota litis é vedada pelo Código de Ética e Disciplina da OAB, de modo que o caso deverá ser regido pela disciplina afeta aos contratos silentes sobre os valores devidos a título de honorários contratuais.

b) A adoção da mencionada cláusula é admitida, mas é vedado que os honorários contratados, acrescidos dos honorários da sucumbência, sejam superiores às vantagens advindas por Caio; além disso, não é admitido que os honorários advocatícios incidam sobre o valor de prestações vincendas.

c) A inclusão da cláusula em questão é autorizada, caso em que os honorários contratuais devem ser limitados às vantagens

advindas por Caio, excluídos de tal limitação os honorários da sucumbência; além disso, não é admitido que os honorários advocatícios incidam sobre o valor de prestações vincendas.

d) A cláusula quota litis, incluída no contrato, é permitida, mas é vedado que os honorários contratados, acrescidos dos honorários da sucumbência, sejam superiores às vantagens advindas por Caio; além disso, admite-se que os honorários advocatícios incidam sobre o valor de prestações vincendas, se estabelecidos com moderação e razoabilidade.

Comentários

Gabarito. D.

De acordo com o artigo 50 do Código de Ética é possível a utilização da "cláusula quota litis", mas é expressamente vedado que a soma dos honorários contratuais e sucumbenciais ultrapassem as vantagens advindas a favor do cliente. Da mesma forma, é possível que os honorários incidam sobre prestações vincendas, desde que estabelecidos de com moderação e da razoabilidade (art. 50, § 2º).

A chamada "cláusula quota litis" é típica dos contratos de honorários advocatícios e determina que estes serão fixados com base na vantagem financeira obtida pelo cliente em um processo judicial.

O Código de Ética da OAB trata e regula o tema no seu artigo 50, in verbis:

Art. 50. Na hipótese da adoção de cláusula quota litis, os honorários devem ser



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

necessariamente representados por pecúnia e, quando acrescidos dos honorários da sucumbência, não podem ser superiores às vantagens advindas a favor do cliente.

§ 1º A participação do advogado em bens particulares do cliente só é admitida em caráter excepcional, quando esse, comprovadamente, não tiver condições pecuniárias de satisfazer o débito de honorários e ajustar com o seu patrono, em instrumento contratual, tal forma de pagamento.

§ 2º Quando o objeto do serviço jurídico versar sobre prestações vencidas e vincendas, os honorários advocatícios poderão incidir sobre o valor de umas e outras, atendidos os requisitos da moderação e da razoabilidade.

De acordo com o seu regramento, os honorários devem sempre ser representados por pecúnia e não podem ser superiores às vantagens advindas a favor do cliente, após a sua soma com os honorários sucumbenciais.

Atenção: honorários sucumbenciais x honorários contratuais

- Honorários sucumbenciais: aqueles arbitrados pelo Poder Judiciário ao advogado do litigante vencedor do processo judicial;
- Honorários contratuais: aquele decorrentes do contrato de prestação de serviço firmado entre o cliente e o advogado.

Questão 5. 4000004454

A sociedade de advogados “A e B Advogados” está sediada no Rio de Janeiro. Entretanto, em razão das circunstâncias de mercado dos seus clientes, verificou que seria necessário ao bom desempenho das suas atividades profissionais constituir uma filial em São Paulo.

No que se refere ao ato de constituição da filial e a atuação dos sócios, assinale a afirmativa correta.

- a) O ato de constituição da filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado no Conselho Seccional de São Paulo, ficando todos seus sócios obrigados à inscrição suplementar junto ao Conselho Seccional de São Paulo.
- b) O ato de constituição da filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado no Conselho Seccional de São Paulo, ficando obrigados à inscrição suplementar junto ao Conselho Seccional de São Paulo apenas aqueles sócios que habitualmente exercerem a profissão naquela localidade, considerando-se habitualidade a intervenção judicial que exceder cinco causas por ano.
- c) O ato de constituição da filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado no Conselho Seccional do Rio de Janeiro, ficando obrigados à inscrição suplementar junto ao Conselho Seccional de São Paulo apenas aqueles sócios que habitualmente exercerem a profissão naquela localidade, considerando-se habitualidade a intervenção judicial que exceder cinco causas por ano.



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

d) O ato de constituição da filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado no Conselho Seccional do Rio de Janeiro, ficando todos seus sócios obrigados à inscrição suplementar junto ao Conselho Seccional de São Paulo.

Comentários

Gabarito: A.

No caso em tela é preciso averbar o ato de constituição da filial em São Paulo (Conselho Seccional onde vai se instalar).

A prestação do serviço de advocacia pode ser realizado de maneira autônoma (apenas por um advogado) ou os advogados podem se reunir em sociedade para a prestação dos serviços de advocacia. A Lei 8.906/1994 dispõe sobre o tema da seguinte forma:

Art. 15. Os advogados podem reunir-se em sociedade simples de prestação de serviços de advocacia ou constituir sociedade unipessoal de advocacia, na forma disciplinada nesta Lei e no regulamento geral.

A prestação dos serviços de advocacia pode ser feita das seguintes maneiras:

- Sociedade simples;
- Sociedade unipessoal.

A sociedade de advogados e a sociedade unipessoal de advocacia são dotadas de personalidade jurídica própria. A aquisição da personalidade jurídica ocorre com o registro

aprovado dos seus atos constitutivos no Conselho Seccional da OAB em cuja base territorial tiver sede.

É vedado aos advogados integrar simultaneamente mais de uma sociedade de advogados com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional. Vejamos a previsão do EOAB:

Art. 15.

(...)

§ 4º Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, constituir mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, ou integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.

A Lei 8.906/1994 autoriza a constituição de filiais das sociedades de advogados, prevendo o seguinte:

Art. 15.

(...)

§ 5º O ato de constituição de filial deve ser averbado no registro da sociedade e arquivado no Conselho Seccional onde se instalar, ficando os sócios, inclusive o titular da sociedade unipessoal de advocacia, obrigados à inscrição suplementar.



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

Assim, a constituição de filial necessita a averbação do seu ato de constituição no registro da sociedade e arquivamento Conselho Seccional onde se instalar. Além disso, os sócios, inclusive o titular da sociedade unipessoal de advocacia, são obrigados à inscrição suplementar no local da sede da filial.

Questão 6. 4000008199

Aline, advogada inscrita na OAB, poderá praticar validamente, durante o período em que estiver cumprindo sanção disciplinar de suspensão, o seguinte ato:

- a) impetrar habeas corpus perante o Superior Tribunal de Justiça.
- b) visar ato constitutivo de cooperativa, para que seja levado a registro.
- c) complementar parecer que elaborara em resposta à consulta jurídica.
- d) interpor recurso com pedido de reforma de sentença que lhe foi desfavorável em processo no qual atuava em causa própria.

Comentários

Gabarito: A.

A legitimidade ativa para o habeas corpus é qualquer pessoa. Logo, ainda que a advogada esteja suspensa (quando não pode praticar atos privativos da advocacia) poderá impetrar

habeas corpus, porque qualquer pessoa pode fazê-lo.

Nos termos da Constituição Federal, em seu art. 5º:

LXVIII - conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder;

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

No mesmo sentido, o Código de Processo Penal reforça o gabarito acima, nos termos do art. 654:

Art. 654. O habeas corpus poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo Ministério Público.

Portanto, correta é a letra A.

Direito Constitucional

Questão 7. 4000009025

Carlos, praticante de religião politeísta, é internado em hospital de orientação cristã e solicita assistência espiritual a ser conduzida por um líder religioso de sua crença.



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

Os parentes de Carlos, mesmo cientes de que a assistência solicitada se resumiria a uma discreta conversa, estão temerosos de que a presença do referido líder coloque em risco a permanência de Carlos no hospital, em virtude de representar uma vertente religiosa não aderente à fé adotada pela instituição hospitalar.

Os parentes de Carlos o procuram, como advogado(a), para conhecer os procedimentos adequados à situação narrada.

Você os informou que, segundo o sistema jurídico constitucional brasileiro, o hospital

a) pode negar a autorização para a assistência espiritual em religião diversa daquela preconizada pela instituição, embora não fosse o caso de Carlos perder a vaga.

b) não pode negar o apoio espiritual solicitado, mesmo que a assistência seja prestada em bases religiosas diversas daquela oficialmente preconizada pelo hospital.

c) somente está obrigado a autorizar a assistência religiosa caso já tivesse permitido que sacerdote de outra religião exercesse atividades religiosas em suas instalações.

d) tem, como instituição privada, total autonomia para estabelecer regras para situações como esta, podendo permitir ou negar o pedido, de acordo com seu regulamento interno.

Comentários

Gabarito: B.

Opa! Questão interessante sobre direitos individuais e coletivos. Art. 5º da CF/88) A questão trata da liberdade e convicção religiosa. De acordo

com o enunciado, Carlos, praticante de religião politeísta, é internado em hospital de orientação cristã e solicita assistência espiritual a ser conduzida por um líder religioso de sua crença.

Questionamento: a presença do referido líder pode colocar em risco a permanência de Carlos no hospital, em virtude de representar uma vertente religiosa não aderente à fé adotada pela instituição hospitalar?

Não! Por ser o Brasil um Estado Laico, o Poder Público não tem a responsabilidade de realizar uma prestação religiosa. Quem realiza esse tipo de assistência é entidade de caráter privado. O que a Constituição garante é o acesso dos religiosos de todas as confissões às entidades de internação coletiva.

E nesse aspecto, o art. 5º, inciso VII da CRFB/88 estabelece que: é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

Ou seja, o hospital não pode negar o apoio espiritual solicitado, mesmo que a assistência seja prestada em bases religiosas diversas daquela oficialmente preconizada pelo hospital.

Gabarito Letra B.

Questão 8. 4000009026

Márcio, deputado estadual do Estado-membro Alfa e líder do governo na Assembleia, vem demonstrando grande preocupação com o excessivo número de projetos de lei que chegam à Casa Legislativa do Estado e que, segundo ele, se aprovados, trarão muitas inovações e, em



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

consequência, elevado grau de insegurança jurídica aos cidadãos.

Por isso, ele sugere que o governador proponha uma emenda à Constituição do Estado (PEC estadual), no sentido de tornar mais dificultoso o processo legislativo para aprovação de lei ordinária. Sua ideia é a de que, ao invés de maioria relativa, a aprovação de lei ordinária apenas se configure caso atingido o quórum de maioria absoluta dos membros da Assembleia legislativa de Alfa.

Avaliada pelos Procuradores do Estado Alfa, estes informam, acertadamente, que, segundo o sistema jurídico constitucional brasileiro, a sugestão de Márcio, acerca da alteração no processo legislativo de Alfa,

a) pode ser levada adiante, já que, no caso, com base no princípio federativo, há total autonomia do Estado-membro para a elaboração de suas próprias regras quanto ao processo legislativo.

b) pode ser levada adiante, já que apenas não seria possível a proposta de emenda que viesse a facilitar o processo legislativo para a alteração de leis ordinárias.

c) é inconstitucional, pois, com base no princípio da simetria, o tema objeto da suposta emenda tem de ser disciplinado com observância das regras estabelecidas pela Constituição Federal de 1988.

d) é inválida, pois a Constituição Federal de 1988 veda aos detentores do cargo de Chefe do Poder Executivo o poder de iniciativa para propor a alteração no texto constitucional estadual.

Comentários

Gabarito: C.

Mais uma questão do 37º Exame sobre o Processo Legislativo. De acordo com o enunciado, determinado deputado estadual sugere que o governador proponha uma emenda à Constituição do Estado (PEC estadual), no sentido de tornar mais dificultoso o processo legislativo para aprovação de lei ordinária.

Questionamento: a alteração no processo legislativo de Alfa é constitucional?

Não! Isso porque, nossa Constituição Federal de 1988 determina que “salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria simples, ou seja, pela maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros” (art. 47).

O quórum de aprovação da Lei Complementar é de maioria absoluta, enquanto o da Lei Ordinária é maioria simples.

O detalhe da questão é o seguinte. Estamos diante de uma regra constitucional de reprodução obrigatória pelos Estados-membros. Temos aqui a aplicação do princípio da simetria, que é um dos princípios que rege o processo legislativo, sendo ele aplicado no âmbito dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Logo, uma emenda à Constituição do Estado (PEC estadual) não poderia tornar mais dificultoso o processo legislativo para aprovação de lei ordinária.

Gabarito Letra C.

Questão 9. 4000010945

No Estado Ômega, um deputado estadual ajuizou representação de inconstitucionalidade perante o



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

Tribunal de Justiça local, visando questionar a constitucionalidade de uma lei estadual. O Tribunal, porém, se negou a conhecer da representação, argumentando que o deputado não possuía legitimidade ativa conforme estabelecido na Constituição Estadual. Inconformado, o deputado considera interpor recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do Tribunal de Justiça. Como base no sistema jurídico-constitucional brasileiro, o(a) advogado(a) do deputado estadual informou, corretamente, que

a) não cabe recurso extraordinário, pois o Tribunal de Justiça é o guardião da Constituição Estadual e a questão não envolve norma de reprodução obrigatória

b) é cabível o recurso extraordinário, pois a decisão do Tribunal de Justiça envolve interpretação da Constituição Estadual, que deve ser revista pelo STF

c) não é possível interpor o recurso extraordinário, mas, sim, recurso ordinário, pois trata-se de matéria de direito infraconstitucional.

d) deve ser interposto recurso extraordinário, pois qualquer decisão do Tribunal de Justiça pode ser revisada pelo STF, independentemente da matéria.

Comentários

A alternativa correta é a letra A. Conforme o enunciado, no Estado Ômega, um deputado estadual ajuizou representação de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local, visando questionar a constitucionalidade de uma lei estadual. Ocorre que, o Tribunal se negou a conhecer da representação, argumentando que o deputado não possuía legitimidade ativa conforme

estabelecido na Constituição Estadual. Inconformado, o deputado considera interpor recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do Tribunal de Justiça.

De acordo com o art. 125, § 2º da CF/88, cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

No mais, vale destacar que o deputado federal sozinho não é legitimado para propor a ADI em âmbito federal. É a Mesa da Câmara dos Deputados que possui legitimidade, conforme o art. 103, III da CF/88.

Portanto, a Constituição não previu, expressamente, os legitimados ao controle abstrato estadual, apenas proibiu que essa atribuição fosse dada a um único órgão. Assim, cabe às Constituições Estaduais determinarem quais são os legitimados a propor ADI ou ADC perante o TJ local, não é norma de reprodução obrigatória.

De modo geral, a decisão do Tribunal de Justiça no âmbito do controle abstrato de constitucionalidade, é irrecorrível. Não há que se falar nem mesmo em recurso para o STF. No entanto, existe uma possibilidade de recurso extraordinário para o STF, cabível quando o parâmetro constitucional for norma de reprodução obrigatória pelos Estados-membros.

Diante de todo o exposto, não cabe recurso extraordinário, pois o Tribunal de Justiça é o guardião da Constituição Estadual e a questão não envolve norma de reprodução obrigatória. As



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

alternativas B, C e D estão erradas, conforme o comentário sobre a alternativa A.

Questão 10. 4000010946

Tendo em vista a existência de inúmeras controvérsias entre órgãos judiciários, que geravam grave insegurança jurídica, o Supremo Tribunal Federal editou, há quase uma década, a súmula vinculante nº X, que tratava da incidência de determinado tributo em situações e condições específicas. O Procurador-Geral da República, apontando as mudanças legislativas e as emendas constitucionais promulgadas em tempos mais recentes, manifestou-se na mídia sobre a ausência de compatibilidade da referida súmula com a ordem jurídica brasileira. Sobre a hipótese, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta

- a) Por não se encontrar na esfera da Justiça Federal, um Tribunal de Justiça de Estado-membro não está obrigado a seguir as diretrizes estabelecidas na súmula vinculante em questão.
- b) Para o cancelamento da súmula vinculante em referência, será necessário que o pleno do Supremo Tribunal Federal se manifeste pelo quórum qualificado de dois terços de seus membros.
- c) Ainda que o Supremo Tribunal Federal entenda que o teor da súmula vinculante não mais se coaduna com a ordem constitucional, somente poderá apreciar seu cancelamento se provocado por algum agente legitimado.
- d) A fim de obter o cancelamento da mencionada súmula vinculante, deverá o Procurador-Geral da

República provocar o Supremo Tribunal Federal por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A Emenda Constitucional nº 45/2004 criou o instituto da Súmula Vinculante, que pode ser editada pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 103-A, CF/88: “o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei” .

A aprovação, revisão ou cancelamento de súmula vinculante exige decisão de 2/3 dos membros do STF (oito Ministros), em sessão plenária. As alternativas A, C e D estão erradas, conforme o comentário sobre a alternativa B.

Questão 11. 4000010947

Ubirajara é membro de uma comunidade indígena situada em terras regularmente demarcadas, ali vivendo conforme as tradições dos seus ancestrais. Em determinado momento, ele resolveu tentar nova vida em uma cidade brasileira. Sem recursos para dar início a esse projeto, decidiu vender a terra em que habitava desde seu nascimento para um grupo de agricultores, que pretende ali se instalar definitivamente. Sobre a hipótese narrada,



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

segundo a ordem jurídico-constitucional brasileira, assinale a afirmativa correta.

- a) Ubirajara somente poderá dispor das terras se a alienação, comprovadamente, atender aos imperativos da ordem econômica brasileira
- b) Ubirajara, caso figure como proprietário das terras no registro de imóveis da localidade, poderá aliená-las, assegurado o direito de participação da comunidade no valor da venda.
- c) Ubirajara não pode efetivar a venda almejada, pois as terras em questão não são passíveis de alienação e nem mesmo de disposição.
- d) Ubirajara somente poderia alienar as terras após a devida autorização por parte da comunidade indígena, que é a proprietária das terras.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. O art. 231, § 1º a 4º da CF/88 estabelece que são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios se destinam a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Inclusive, essas terras são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. As alternativas A, B e D estão erradas, conforme o comentário sobre a alternativa C.

Direito Tributário

Questão 12. 4000010899

Foi criado o Território Federal Alfa no Brasil, com a determinação de que, por sua extensão, deveria ser dividido em municípios. À luz do texto da Constituição Federal de 1988, sobre a cobrança de impostos nesse novo Território Federal, assinale a afirmativa correta.

- a) Os impostos federais e municipais devem ser cobrados, mas os estaduais não, porque o Território não é Estado-membro.
- b) Os impostos federais e estaduais cobrados pertencerão à União, enquanto os impostos municipais pertencerão a cada um dos Municípios em que está dividido o Território.
- c) Os impostos federais cobrados pertencerão à União, mas os impostos estaduais e municipais pertencerão a cada um dos Municípios em que está dividido o Território.
- d) Os impostos cobrados, seja os federais, seja os estaduais, seja os municipais, pertencerão à União.

Comentários

A alternativa correta é a letra B. A questão aborda o tema.

A alternativa A está incorreta, pois esta alternativa afirma que os impostos estaduais não devem ser cobrados no Território Federal. No entanto, conforme o art. 147 da Constituição Federal, os impostos estaduais são sim cobrados em Territórios Federais, mas pertencem à União, conforme comentários à alternativa B.



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

A alternativa B está correta, pois está em conformidade com o art. 147 da Constituição Federal, que estabelece: "Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais."

A alternativa C está incorreta, pois esta alternativa erra ao afirmar que os impostos estaduais pertencerão aos Municípios. De acordo com o art. 147 da CF, os impostos estaduais em Territórios Federais pertencem à União, conforme comentários à alternativa B.

A alternativa D está incorreta, pois apesar de afirmar que os impostos federais e estaduais pertencem à União, mas erra ao incluir os impostos municipais. Conforme o art. 147 da CF, em Territórios Federais divididos em Municípios, os impostos municipais pertencem aos respectivos Municípios, conforme comentários à alternativa B.

Questão 13. 4000010900

Lei Ordinária do Município Alfa, publicada no Diário Oficial Municipal em 30/09/2020, instituiu uma Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos Comerciais – TFEC, incidente sobre o setor de materiais de construção.

Sua produção de efeitos se deu a partir de 01/01/2021, com a finalidade de aferir o cumprimento das normas de segurança e urbanização local e a taxa passou a ser cobrada por meio de alíquotas específicas, fixadas no valor de R\$ 150,00 para empresas com capital social de até R\$ 100.000,00, de R\$ 300,00 para empresas com capital social de até R\$ 500.000,00 e de R\$

1.500,00 para empresas com capital social superior a R\$ 500.000,00.

A associação dos empresários daquele setor empresarial pretende questionar essa cobrança.

Diante desse cenário, a cobrança da referida taxa

a) é legal e constitucional, por estar dentro da competência tributária do respectivo município, fundada no seu regular poder de polícia.

b) não respeita o princípio da anterioridade, sendo inconstitucional nesse aspecto.

c) é devida por atender aos princípios da progressividade e da capacidade contributiva, ao cobrar maior valor sobre a empresa com maior capital social e cobrar menor valor sobre a empresa com menor capital social.

d) é ilegal por ser calculada com base no capital social das empresas.

Comentários

A alternativa correta é a letra D. A questão aborda o tema.

A alternativa A está incorreta, pois, embora o município tenha competência para instituir taxas de poder de polícia, conforme o art. 145, II, da Constituição Federal, a base de cálculo utilizada (capital social) não é adequada para uma taxa, conforme comentários à alternativa D.

A alternativa B está incorreta, pois a questão não apresenta problemas quanto ao princípio da anterioridade, uma vez que a lei foi publicada em 30/09/2020 e seus efeitos iniciaram em 01/01/2021, respeitando tanto a anterioridade anual quanto a nonagesimal (art. 150, III, "b" e "c")



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

da CF), veja-se: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...) III - cobrar tributos: (...) b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou; c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b;”

A alternativa C está incorreta, pois, embora a cobrança pareça progressiva, as taxas devem guardar proporcionalidade com o custo da atividade estatal. Nesse sentido: “Fixação da seguinte tese: Viola o princípio da capacidade contributiva, na dimensão do custo/benefício, a instituição de taxa de polícia ambiental que exceda flagrante e desproporcionalmente os custos da atividade estatal de fiscalização. (STF - ADI: 5489 RJ, Relator: ROBERTO BARROSO, Data de Julgamento: 24/02/2021, Tribunal Pleno, Data de Publicação: 12/03/2021)”

A alternativa D está correta, conforme art. 77, parágrafo único do CTN: “A taxa não pode ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto nem ser calculada em função do capital das empresas” .

Questão 14. 4000010901

Um deputado estadual desejava conceder benefício fiscal na modalidade de crédito presumido de ICMS em favor de bares e restaurantes situados no Estado Alfa, de modo a fomentar esse setor comercial. Por isso, propôs projeto de lei com esse fim, o qual foi aprovado por maioria simples na Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador.

Acerca desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) Tal projeto de lei deveria ter sido aprovado por maioria absoluta, e não por maioria simples, na Assembleia Legislativa.

b) A iniciativa desse projeto de lei era privativa do governador.

c) A concessão de tal benefício fiscal na modalidade de crédito presumido dependeria de prévia autorização, por meio de convênio celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária.

d) O governador poderia ter concedido tal benefício fiscal na modalidade de crédito presumido por decreto, não sendo necessária a aprovação de lei estadual nesse sentido.

Comentários

A alternativa correta é a letra C. A questão aborda o tema.

A alternativa A está incorreta, pois a Constituição Federal não exige maioria absoluta para a aprovação de leis que concedam benefícios fiscais. O quórum para aprovação de leis ordinárias é de maioria simples, conforme o art. 47 da CF: "Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros."

A alternativa B está incorreta, pois a Constituição Federal não estabelece iniciativa privativa do governador para projetos de lei sobre benefícios fiscais. O art. 61 da CF, que trata das leis de iniciativa privativa do Presidente da República (aplicável por simetria aos governadores), não inclui matéria tributária, veja-se: “§ 1º São de iniciativa



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

privativa do Presidente da República as leis que: I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas; II - disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.”

A alternativa C está correta, pois está de acordo com o art. 155, § 2º, XII, 'g', da Constituição Federal, que estabelece: "Cabe à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados." A Lei Complementar nº 24/1975, recepcionada pela CF/88, determina que a concessão de benefícios fiscais de ICMS depende de prévia celebração de convênio no âmbito do CONFAZ.

A alternativa D está incorreta, pois esta alternativa viola o princípio da legalidade tributária. A concessão de benefícios fiscais também deve ser feita por lei, não podendo ser realizada por mero decreto do governador. Nesse sentido: “4. A pretensão autoral é de concessão de benefício fiscal (direito de aproveitamento de créditos a título

de PIS e COFINS Importação não utilizados no trimestre-calendário para liquidação de outras obrigações fiscais) não previsto expressamente em lei. Inobstante, o entendimento do STJ é no sentido de que benefícios que tais devem vir expressos na lei, não dependendo da interpretação do juiz, visto que não é dado ao Poder Judiciário conceder benesse fiscal fora dos estritos limites estabelecidos na legislação. 5. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no REsp: 1944463 PR 2021/0184194-0, Data de Julgamento: 09/11/2022, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJE 14/11/2022)”

Questão 15. 4000008192

A empresa pública estadual XYZ S.A., com imunidade tributária que a desonera do pagamento de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) reconhecida desde o ano de 2020 por decisão do Supremo Tribunal Federal transitada em julgado, deixou de cumprir diversas obrigações acessórias relativas ao IRPJ referente ao ano base de 2021.

Em decorrência disso, foi autuada e recebeu multa pelo descumprimento de obrigações tributárias acessórias. A empresa procura você, como advogado(a), indagando sobre a validade da exigência desta penalidade pecuniária, uma vez que sua imunidade já foi reconhecida.

Diante desse cenário, sobre a autuação fiscal e a respectiva cobrança de multa, assinale a afirmativa correta.

a) São inválidas e ilegais, por inexistir a obrigação tributária principal, e aplica-se a regra de que a obrigação acessória segue a obrigação principal.



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

b) São válidas e legais, porque o descumprimento da obrigação acessória, mesmo por empresa imune, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

c) Só poderiam ser exigidas caso a imunidade tributária daquela empresa não fosse reconhecida ou revogada.

d) São inválidas e ilegais, porque a imunidade tributária veda, também, a exigência de cumprimento de obrigações acessórias.

Comentários

De acordo com os artigos 175, Parágrafo Único e 194, Parágrafo Único, ambos do CTN, uma imunidade ou uma isenção tributária abrange somente e tão somente as obrigações tributárias principais, ou seja, o dever de pagar o tributo; as imunidades e as isenções tributárias não impedem a instituição e a exigência de cumprimento de obrigações acessórias (deveres instrumentais). No Direito Tributário, as obrigações principais e acessórias são independentes, de modo que, mesmo não existindo uma obrigação tributária por força de imunidade ou isenção, a pessoa imune ou isenta continua obrigada ao cumprimento das obrigações tributárias acessórias. Dessa forma, quem for alcançado por uma imunidade tributária não tem o dever de pagar o imposto (obrigação principal), mas continua obrigado a cumprir as obrigações acessórias ou deveres instrumentais; acaso as descumpra, estará sujeito, assim, à imposição de uma sanção (multa).

Assim, a LETRA B é a correta e gabarito da questão.

Direito Administrativo

Questão 16. 4000004491

Amadeu, assim que concluiu o ensino médio, inscreveu-se e foi aprovado em concurso público para o cargo de técnico administrativo do quadro permanente de determinado Tribunal Regional Federal, cargo em que alcançou a estabilidade, após o preenchimento dos respectivos requisitos legais. Enquanto estava no exercício das funções desse cargo, Amadeu cursou e concluiu a Faculdade de Direito, razão pela qual decidiu prestar concurso público e foi aprovado para ingressar como advogado de certa sociedade de economia mista federal, que recebe recursos da União para o seu custeio geral.

Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

a) Amadeu poderá acumular o cargo no Tribunal com o emprego na sociedade de economia mista federal, se houver compatibilidade de horários.

b) A estabilidade já alcançada por Amadeu estende-se à sociedade de economia mista, considerando-se que aquela se consuma no serviço público, e não no cargo.

c) Amadeu, ao ser contratado pela sociedade de economia mista, continua submetido ao teto remuneratório do serviço público federal.

d) Amadeu poderia ser transferido para integrar os quadros da sociedade de economia mista sem a realização de novo concurso público

Comentários

Gabarito: C.

Amadeu continuará submetido ao teto remuneratório do serviço público federal, pois a sociedade de economia mista federal na qual pretende ingressar recebe recursos da União para



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

o seu custeio geral; logo, seus servidores também ficam submetidos ao teto remuneratório sobre o qual dispõe o art. 37, XI, CF/88.

Amadeu, assim que concluiu o ensino médio, inscreveu-se e foi aprovado em concurso público para o cargo de técnico administrativo do quadro permanente de determinado Tribunal Regional Federal, cargo em que alcançou a estabilidade, após o preenchimento dos respectivos requisitos legais. Enquanto estava no exercício das funções desse cargo, Amadeu cursou e concluiu a Faculdade de Direito, razão pela qual decidiu prestar concurso público e foi aprovado para ingressar como advogado de certa sociedade de economia mista federal, que recebe recursos da União para o seu custeio geral.

Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

Questão 17. 4000004492

O Ministério Público Federal denunciou Marcos, fiscal da Receita Federal, pelo crime de peculato doloso, em decorrência da existência de provas contundentes de que tal servidor apropriou-se de dinheiro público de que tinha guarda. Ao tomar conhecimento de tais fatos, durante o trâmite do processo penal, a autoridade administrativa competente determinou a instauração de processo administrativo disciplinar, que, após o devido processo legal, levou à demissão de Marcos antes do julgamento da ação penal.

Sobre a questão apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) A Administração fica vinculada à capitulação estabelecida no processo penal, vedada a incidência de qualquer falta residual no âmbito administrativo, considerando que o peculato constitui crime contra a Administração Pública.

b) A demissão de Marcos na esfera administrativa é válida, mas a superveniência de eventual sentença penal absolutória, por ausência de provas, exige a reintegração do servidor no mesmo cargo que ocupava.

c) O processo administrativo disciplinar deveria ter sido instaurado para apurar a conduta de Marcos, mas impunha-se sua suspensão diante da existência de processo criminal pelos mesmos fatos.

d) Deve ser aplicado ao processo administrativo disciplinar o prazo prescricional previsto na lei penal para o crime de peculato cometido por Marcos.

Comentários

Gabarito: D.

De fato, ao processo administrativo disciplinar deverá ser aplicado o prazo prescricional previsto na lei penal para o crime de peculato cometido por Marcos, conforme artigo 142, § 2º da Lei 8.112/90.

Observe-se que as sanções civil, penal e administrativa são independentes entre si, na forma do artigo 125 da Lei 8112/90. Ademais, a responsabilidade administrativa do servidor será afastada somente se a absolvição criminal se der por negativa da existência do fato ou sua autoria, não havendo esse afastamento em caso de absolvição ser por ausência de provas. Ainda, os prazos de prescrição previstos na lei penal serão



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

aplicados às infrações disciplinares capituladas também como crime, portanto, ao processo administrativo disciplinar deverá ser aplicado o prazo prescricional previsto na lei penal para o crime de peculato cometido por Marcos.

Questão 18. 4000004493

O Município Alfa pretende formalizar uma parceria público-privada para a realização de obras, instalação de postes e prestação de serviços de iluminação pública. A contraprestação da concessionária vencedora da licitação seria inteiramente custeada pela Administração Pública local, mediante ordem bancária e por outorga de direitos sobre bens públicos dominicais do município.

Sobre essa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- a) A contratação almejada não é possível, porque o ordenamento não admite que a Administração arque com o custeio integral de parceria público-privada.
- b) A outorga de direitos sobre bens públicos dominicais não é contraprestação admissível para a formalização da parceria.
- c) O Município Alfa deveria utilizar-se de concessão administrativa para a formalização da contratação pretendida.
- d) A natureza individual (uti singuli) do serviço em questão exige a cobrança de tarifa do usuário para a realização da parceria público-privada almejada.

Comentários

Gabarito: C.

Município Alfa realmente deverá utilizar-se de concessão administrativa para a formalização da contratação pretendida, na forma do artigo 2º, § 2º da Lei 11.079/04.

No caso em tela, como a contraprestação da concessionária vencedora da licitação será inteiramente custeada pela Administração Pública local, percebe-se que se trata de Concessão Administrativa, na forma do artigo 2º, § 2º da Lei 11.079/04. Ademais, por se tratar de serviço de iluminação pública, o qual é uti universi, não será possível a cobrança de tarifa do usuário para a realização da parceria público-privada almejada, visto que a Administração não tem como precisar ao quanto e a quem está prestando.

Direito Civil

Questão 19. 4000004504

Ao falecer em 2019, Januário deixa duas filhas vivas: Rosana, mãe de Luna, e Helena, mãe de Gabriel. O filho mais velho de Januário, Humberto, falecera em 2016, deixando-lhe dois netos: Lucas e João. Sobre a sucessão de Januário, assinale a afirmativa correta.

- a) Lucas, João, Luna, Gabriel e Vinícius são seus herdeiros.
- b) Helena, Rosana, Lucas e João são seus herdeiros, cada um herdando uma quota igual da herança deixada por Januário.
- c) Apenas Helena e Rosana são suas herdeiras.
- d) São seus herdeiros Helena, Rosana e os sobrinhos Lucas e João, que receberão, cada um, metade equivalente ao quinhão de uma das tias.



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

Comentários

Gabarito: D.

A alternativa D está correta, em razão da aplicação dos artigos 1.829, inc. I c/c 1.833 c/c 1.835, do CC/2002:

“Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;

Art. 1.833. Entre os descendentes, os em grau mais próximo excluem os mais remotos, salvo o direito de representação.

Art. 1.835. Na linha descendente, os filhos sucedem por cabeça, e os outros descendentes, por cabeça ou por estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau”.

Perceba que o examinador tentou fazer uma pegadinha, ao chamar João e Lucas de "sobrinhos". Porém, ele se referia a Rosana e Helena que, de fato, são suas tias, já que, irmãs de seu pai. A confusão que poderia ocorrer é o aluno não marcar esta alternativa, achando que o enunciado da questão queria dizer que ambos eram sobrinhos de Januário.

São herdeiros de Januário, Rosana e Helena, por força do art. 1.829, inc. I ("A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação

obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares") e, João e Lucas, uma vez que, tendo falecido seu pai, antes da sucessão, estes o representam, conforme o art. 1.833 c/c 1.835 (Entre os descendentes, os em grau mais próximo excluem os mais remotos, salvo o direito de representação. Na linha descendente, os filhos sucedem por cabeça, e os outros descendentes, por cabeça ou por estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau”). Assim, Rosana e Helena herdam 1/3 dos bens de Januário e, seus sobrinhos herdam 1/6 cada um, já que o quinhão de 1/3 que seria o de seu pai, deverá ser partilhado igualmente entre ambos.

Questão 20. 4000004505

Érico é amigo de Astolfo, famoso colecionador de obras de arte. Érico, que está abrindo uma galeria de arte, perguntou se Astolfo aceitaria locar uma das pinturas de seu acervo para ser exibida na grande noite de abertura, como forma de atrair mais visitantes. Astolfo prontamente aceitou a proposta, e ambos celebraram o contrato de locação da obra, tendo Érico se obrigado a restituí-la já no dia seguinte ao da inauguração. O aluguel, fixado em parcela única, foi pago imediatamente na data de celebração do contrato.

A abertura da galeria foi um grande sucesso, e Érico, assoberbado de trabalho nos dias que se seguiram, não providenciou a devolução da obra de arte para Astolfo. Embora a galeria dispusesse de moderna estrutura de segurança, cerca de uma semana após a inauguração, Diego, estudante universitário, invadiu o local e vandalizou todas as obras de arte ali expostas, destruindo por completo a pintura que fora cedida por Astolfo. As câmeras



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

de segurança possibilitaram a pronta identificação do vândalo.

De acordo com o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a) Érico tem o dever de indenizar Astolfo, integralmente, pelos prejuízos sofridos em decorrência da destruição da pintura.

b) Érico não pode ser obrigado a indenizar Astolfo pelos prejuízos decorrentes da destruição da pintura porque Diego, o causador do dano, foi prontamente identificado.

c) Érico não pode ser obrigado a indenizar Astolfo pelos prejuízos decorrentes da destruição da pintura porque adotou todas as medidas de segurança necessárias para proteger a obra de arte.

d) Érico somente estará obrigado a indenizar Astolfo se restar comprovado que colaborou, em alguma medida, para que Diego realizasse os atos de vandalismo.

Comentários

Gabarito: A.

A alternativa está correta, em razão do expresso pelo art. 399 do CC/2002: “O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso; salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada”.

Como foi ultrapassado o prazo de devolução da obra em razão do contrato de locação, o devedor responde pela impossibilidade de devolver, já que

a obra foi inutilizada por vandalismo durante o período de mora. Eis o que dita o art. 399 do CC/2002: “O devedor em mora responde pela impossibilidade da prestação, embora essa impossibilidade resulte de caso fortuito ou de força maior, se estes ocorrerem durante o atraso; salvo se provar isenção de culpa, ou que o dano sobreviria ainda quando a obrigação fosse oportunamente desempenhada”.

Questão 21. 4000004506

Leandro decide realizar uma doação com a finalidade exclusiva de remunerar serviços prestados voluntária e espontaneamente por Carmen em sua ONG (Organização Não Governamental). Oferece, então, um pequeno imóvel residencial, avaliado em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por instrumento particular, oportunidade na qual o doador fez questão de estipular uma obrigação: Carmen teria que realizar benfeitorias específicas na casa, tais como a troca dos canos enferrujados, da fiação deteriorada, bem como a finalização do acabamento das paredes, com a devida pintura final.

A donatária aceita os termos da doação e assina o documento particular, imitando-se na posse do bem e dando início às obras. Alguns dias depois, orientada por um vizinho, reúne-se com o doador e decide formalizar a doação pela via de escritura pública, no ofício competente, constando também cláusula de renúncia antecipada do doador a pleitear a revogação da doação por ingratidão.

Dois anos depois, após sérios desentendimentos e ofensas públicas desferidas por Carmen, esta é condenada, em processo cível, a indenizar Leandro ante a prática de ato ilícito, qualificado como injúria



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

grave. Leandro, então, propõe uma ação de revogação da doação.

Diante desse fato, assinale a afirmativa correta.

- a) Mesmo diante da prática de injúria grave por parte de Carmen, Leandro não pode pretender revogar a doação, porque houve renúncia expressa no contrato.
- b) A doação para Carmen se qualifica como condicional, eis que depende do cumprimento da obrigação de realizar as obras para a sua confirmação.
- c) A doação para Carmen não pode ser revogada por ingratidão, porque o ato de liberalidade do doador teve motivação puramente remuneratória.
- d) O ordenamento admite que a doação para Carmen fosse realizada por instrumento particular, razão pela qual a realização da escritura pública foi um ato desnecessário.

Comentários

Gabarito: C.

A alternativa está correta. Detalhe: o enunciado trata que a doação teve finalidade remuneratória, por isso, aplica-se os artigos 556 c/c 564, inc. I, do CC/2002: Art. 556. Não se pode renunciar antecipadamente o direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário. Art. 564. Não se revogam por ingratidão: as doações puramente remuneratórias".

Sendo a doação motivada puramente com intenção remuneratória, aquela feita para Carmen não pode ser revogada por ingratidão, conforme previsão do art. 564, inc. I, do CC/2002: " Não se pode

renunciar antecipadamente o direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário".

Questão 22. 4000004507

Carlos, motorista de táxi, estava parado em um cruzamento devido ao sinal vermelho. De repente, de um prédio em péssimo estado de conservação, de propriedade da sociedade empresária XYZ e alugado para a sociedade ABC, caiu um bloco de mármore da fachada e atingiu seu carro.

Sobre o fato narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) Carlos pode pleitear, da sociedade XYZ, indenização pelos danos sofridos.
- b) Carlos pode pleitear indenização pelos danos sofridos apenas da sociedade ABC.
- c) A sociedade XYZ pode se eximir de responsabilidade alegando culpa da sociedade ABC.
- d) A sociedade ABC pode se eximir de responsabilidade alegando culpa exclusiva da vítima.

Comentários

Gabarito: A.

A alternativa está correta. Trata-se da responsabilidade prevista no art. 937 do CC/2002: "O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta".



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

Ante as condições em que se encontrava o prédio, a Carlos é reservado o direito de pleitear indenização em face da sociedade XYZ, proprietária do imóvel, por força do art. 937 do CC/2002: "O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta".

Direito Empresarial

Questão 23. 4000004512

Alexandre Larocque pretende constituir sociedade do tipo limitada sem se reunir a nenhuma outra pessoa e consulta sua advogada para saber a possibilidade de efetivar sua pretensão.

Assinale a opção que apresenta a resposta dada pela advogada ao seu cliente.

a) É possível. A sociedade limitada pode ser constituída por uma pessoa, hipótese em que se aplicarão ao ato de instituição, no que couberem, as disposições sobre o contrato social.

b) Não é possível. A sociedade limitada só pode ser unipessoal acidentalmente e pelo prazo máximo de 180 dias, nos casos em que remanescer apenas um sócio pessoa natural.

c) Não é possível. Apenas a empresa pública e a subsidiária integral podem ser sociedades unipessoais e constituídas com apenas sócio pessoa jurídica.

c) É possível, desde que o capital mínimo da sociedade limitada seja igual ou superior a 100 (cem) salários mínimos e esteja totalmente integralizado.

Comentários

Gabarito: A.

O código civil apresenta recente alteração para incluir a sociedade limitada unipessoal, tudo conforme o §1º, artigo Art. 1.052, como segue: "§1º A sociedade limitada pode ser constituída por 1 (uma) ou mais pessoas."

Questão 24. 4000004513

Bonfim emitiu nota promissória à ordem em favor de Normandia, com vencimento em 15 de março de 2020 e pagamento na cidade de Alto Alegre/RR. O título de crédito passou por três endossos antes de seu vencimento. O primeiro endosso foi em favor de Iracema, com proibição de novo endosso; o segundo endosso, sem garantia, se deu em favor de Moura; no terceiro e último endosso, o endossante indicou Cantá como endossatário.

Vencido o título sem pagamento, o portador poderá promover a ação de cobrança em face de

a) Bonfim, o emitente e coobrigado, e dos obrigados principais Iracema e Moura, observado o aponte tempestivo do título a protesto por falta de pagamento para o exercício do direito de ação somente em face do coobrigado.

b) Bonfim, o emitente e obrigado principal, e do endossante e coobrigado Moura, observado o aponte tempestivo do título a protesto por falta de pagamento para o exercício do direito de ação em face do coobrigado.

c) Normandia, primeira endossante e obrigado principal, e do endossante Moura, observado o aponte tempestivo do título a protesto por falta de



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

pagamento para o exercício do direito de ação em face de ambos.

d) Iracema, Normandia e Cantá, endossantes e coobrigados da nota promissória, dispensado o aponte do título a protesto por falta de pagamento para o exercício do direito de ação em face deles.

Comentários

Gabarito: B.

A ação executiva deve ser ajuizada em face de Bonfim, emitente e devedor principal na obrigação cambiária. Além disso, a ação poderá ser ajuizada em face de Moura, já que as cláusulas de proibição de novo endosso e endosso sem garantia não incidem sobre ele.

Questão 25. 4000004514

Andropoulos Inc. é uma sociedade constituída na Grécia, com sede em Atenas e sócios de nacionalidade grega, exceto a sócia Querência, brasileira nata, que detém participação de 80% do capital, dividido em quotas.

Se essa sociedade quiser atuar no Brasil por meio de uma sucursal em São Paulo/SP, será necessário

a) ter, permanentemente, representante no Brasil, com poderes para resolver quaisquer questões, exceto receber citação judicial pela sociedade.

b) transferir sua sede para o Brasil, na hipótese de nacionalizar-se, mediante deliberação unânime de seus sócios, independentemente de autorização do Poder Executivo.

c) obter autorização do Poder Executivo e, em até seis meses do início de sua atividade, realizar sua inscrição na Junta Comercial do Estado de São Paulo, lugar em que deve se estabelecer.

d) sujeitar-se às leis e aos tribunais brasileiros quanto às operações praticadas no Brasil, e qualquer modificação no contrato dependerá da aprovação do Poder Executivo para produzir efeitos no país.

Comentários

Gabarito: D.

A questão traz uma sociedade grega que pretende instituir uma sucursal no Brasil. O artigo 1.139 do Código Civil, estabelece aprovação do poder executivo para funcionar. Além disso, a sociedade deverá se sujeitar às leis e aos tribunais brasileiros, conforme artigo 1.137 do mesmo diploma legal.

Direito Processual Civil

Questão 26. 4000004517

Patrícia aluga seu escritório profissional no edifício Law Offices, tendo ajuizado ação em face de sua locadora, a fim de rever o valor do aluguel. Aberto prazo para a apresentação de réplica, ficou silente a parte autora. O juiz, ao examinar os autos para prolação da sentença, verificou não ter constado o nome do patrono da autora da publicação do despacho para oferta de réplica. Entretanto, não foi determinada a repetição do ato, e o pedido foi julgado procedente.

Sobre o processo em questão, assinale a afirmativa correta.



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

a) Se a ré alegar, em sede de apelação, a irregularidade da intimação para apresentação de réplica, deverá ser pronunciada a nulidade.

b) Não havia necessidade de repetição da intimação para apresentação de réplica, já que o mérito foi decidido em favor da parte autora.

c) Caso tivesse sido reconhecida a irregularidade da intimação para apresentação de réplica, caberia ao juiz retomar o processo do seu início, determinando novamente a citação da ré.

d) Independentemente de ter havido ou não prejuízo à parte autora, a intimação deveria ter sido repetida, sob pena de ofensa ao princípio do contraditório.

Comentários

Gabarito: B.

O art. 282, §2º do Código de Processo Civil prevê que o juiz não pronunciará a nulidade nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveitaria a decretação da nulidade. No caso apresentado, o pedido de Patrícia foi julgado procedente e, assim, seria desnecessário repetir a intimação para apresentação de réplica.

A alternativa B está correta e é o gabarito da questão.

Questão 27. 4000004518

Guilherme, em 13/03/2019, ajuizou ação indenizatória contra Rodrigo, a qual tramita no Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, em autos físicos. Em contestação,

Rodrigo defendeu, preliminarmente, a incompetência do Poder Judiciário, pois as partes teriam pactuado convenção de arbitragem no contrato que fundamentava a demanda movida por Guilherme. Rodrigo, no mérito de sua defesa, requereu a improcedência do pedido indenizatório, uma vez que teria cumprido o contrato celebrado entre as partes. Após a apresentação de réplica, o Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte proferiu decisão na qual rejeitou a preliminar arguida por Rodrigo e intimou as partes para informar as provas que pretendiam produzir. Inconformado, Rodrigo interpôs agravo de instrumento contra a parcela da decisão que rejeitou a preliminar de convenção de arbitragem. No entanto, Rodrigo não cumpriu a obrigação de comunicação ao juízo de primeiro grau da interposição do agravo no prazo de 3 dias, deixando de apresentar a cópia da petição do agravo de instrumento e o comprovante de sua interposição para o Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte.

Para que o recurso de Rodrigo não seja conhecido com base nesse vício formal, assinale a opção que apresenta a medida a ser adotada por Guilherme.

a) Ele não pode fazer nada, pois o vício formal é sanável, de ofício, pelo desembargador responsável por relatar o agravo de instrumento, o qual deve intimar Rodrigo para apresentar cópia da petição do agravo de instrumento e o comprovante de sua interposição.

b) Ele poderá, em qualquer momento da tramitação do agravo de instrumento, apontar que Rodrigo descumpriu a exigência de comunicação ao primeiro grau.



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

c) Ele deverá, em suas contrarrazões ao agravo de instrumento, apontar que Rodrigo descumpriu a exigência de comunicação em questão.

d) Ele não precisará fazer nada, pois esse vício formal é insanável e poderá ser conhecido, de ofício, pelo desembargador responsável por relatar o agravo de instrumento.

Comentários

Gabarito: C.

O caput do art. 1.018 do Código de Processo Civil prevê que "o agravante poderá requerer a juntada, aos autos do processo, de cópia da petição do agravo de instrumento, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso." Em se tratando de autos físicos, como no caso narrado, o agravante deverá providenciar que a juntada seja realizada em até 3 (três) dias, contados da interposição do recurso. O art. 1.018, §3º, por sua vez, estabelece que o descumprimento dessa exigência, desde que arguido e provado pelo agravado, importa inadmissibilidade do agravo de instrumento. Assim, Guilherme (agravado) deverá, nas contrarrazões do agravo de instrumento, suscitar o descumprimento da exigência por Rodrigo.

A alternativa C está correta e é o gabarito da questão.

Questão 28. 4000004519

O Juízo da 1ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, em ação ajuizada por Jorge, servidor público, condenou o Município do Rio de Janeiro ao pagamento de

verbas remuneratórias atrasadas que não haviam sido pagas pelo ente municipal.

Após o trânsito em julgado, Jorge deu início ao cumprimento de sentença do valor de R\$ 600.000 (seiscentos mil reais), tendo o Município apresentado impugnação no prazo de 25 dias úteis após sua intimação, alegando haver excesso de execução de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na medida em que Jorge teria computado juros e correção monetária de forma equivocada ao calcular o valor exequendo.

Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

a) A impugnação do Município do Rio de Janeiro se afigura intempestiva, na medida em que o prazo previsto no Código de Processo Civil para a impugnação ao cumprimento de sentença é de 15 (quinze) dias úteis.

b) O juiz, considerando que o Município do Rio de Janeiro não efetuou o pagamento voluntário do crédito exequendo no prazo de 15 dias úteis após sua intimação, deverá aplicar multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida.

c) Jorge, tendo em vista que o Município do Rio de Janeiro impugnou apenas parcialmente o crédito ao alegar excesso, poderá prosseguir com a execução da parte que não foi questionada, requerendo a expedição do respectivo precatório judicial da parcela incontroversa da dívida.

d) O Município do Rio de Janeiro, ao alegar o excesso de execução, não precisava declarar, de imediato, em sua impugnação, o valor que entende correto da dívida, podendo deixar para fazê-lo em momento posterior.



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

Comentários

Gabarito: C.

O art. 535, §4º do Código de Processo Civil aduz: "Tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento." Desse modo, Jorge poderá prosseguir com a execução da parcela incontroversa (não questionada), requerendo a expedição do precatório judicial.

A alternativa C está correta e é o gabarito da questão.

Direito Penal

Questão 29. 4000010378

Júlio desferiu um tapa no rosto de Jacinto, que foi projetado contra um poste em que havia um fio de alta tensão exposto, algo que não foi visto nem poderia ser imaginado por Júlio, pois já era noite e havia pouca iluminação. Jacinto recebeu uma forte descarga elétrica, que foi causa suficiente de sua morte.

Sobre a responsabilidade de Júlio pelo resultado morte, assinale a afirmativa correta.

a) Júlio deve responder pelo homicídio doloso de Jacinto, tendo em vista que o resultado morte não teria ocorrido se não fosse a agressão dolosa.

b) A descarga elétrica é uma concausa superveniente relativamente independente que, por si só, produziu o resultado morte, devendo Júlio responder por lesão corporal.

c) Júlio agiu com dolo no delito antecedente e culpa no consequente, devendo responder por delito preterdoloso de lesão corporal seguida de morte.

d) A descarga elétrica pode ser imputada a Júlio, ante a violação objetiva de um dever de cuidado, devendo Júlio ser responsabilizado por homicídio culposo.

Comentários

Gabarito: B.

A alternativa correta é a letra B. A questão trata sobre nexos de causalidade.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa B está correta. O caso em análise reflete causa relativamente independente superveniente à conduta, que, embora preveja nexos de causalidade entre a conduta e o resultado, o legislador entendeu por afastar a imputação, impedindo que o agente responda pelo evento subsequente, somente sendo possível atribuir-lhe o resultado que diretamente produziu.

Assim, conforme o art. 13, §1º, a superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado; os fatos anteriores, entretanto, imputam-se a quem os praticou. Logo, Jacinto responderá apenas pelo crime de lesão corporal leve, relativo ao tapa desferido na vítima.

Destaca-se que, no caso narrado, não havia como prever a existência do poste de alta tensão no local, e esse fato também não faz parte da mesma cadeia causal, não é uma consequência natural da primeira



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

ação. Por isso, Jacinto não responderá pelo resultado.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa B.

Questão 30. 4000010379

Joaquim dirigia-se a uma agência bancária para sacar o valor de sua aposentadoria. Todavia, às 10h, ao se aproximar do estabelecimento, foi abordado por Gilson que, com emprego de arma de fogo, ordenou que Joaquim entrasse em seu carro.

Em seguida, Gilson conduziu o veículo até um motel e, mediante ameaça de morte, exigiu que a vítima transferisse valores para a conta bancária de Gilson, por meio de operações via PIX e TED, sendo certo que houve restrição da liberdade da vítima por tempo relevante, condição necessária para obtenção da vantagem de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) efetivamente auferida em desfavor de Joaquim, após o que Gilson liberou a vítima.

Diante do cenário descrito, assinale a opção que indica o(s) crime(s) praticados por Gilson.

- a) Roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo.
- b) Extorsão mediante sequestro.
- c) Sequestro ou cárcere privado.
- d) Extorsão mediante restrição da liberdade da vítima.

Comentários

Gabarito: D.

A alternativa correta é a letra D. A questão trata sobre crimes contra o patrimônio.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentários da alternativa D.

A alternativa D está correta. Conforme o artigo 158, §3º, do CP: "Se o crime é cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, a pena é de reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, além da multa; se resulta lesão corporal grave ou morte, aplicam-se as penas previstas no art. 159, §§ 2º e 3º, respectivamente."

Sendo assim, neste delito usa a restrição da liberdade como uma forma de coação da vítima para assim obter a vantagem econômica, como ocorreu no caso narrado pela questão.

Por outro lado, a extorsão mediante sequestro exigiria que a vítima fosse sequestrada e a liberdade desta fosse utilizada como forma de alcance de valores para um eventual resgate., ou seja, quem é extorquido não é a vítima sequestrada, mas sim familiares e demais pessoas das quais é cobrado o resgate.

Questão 31. 4000009821



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

Caio, lutador de MMA, estava na praia quando viu uma senhora ser agredida por um terceiro. Caio foi em direção ao agressor e tentou persuadi-lo a parar com as agressões, mas o agressor não deu ouvidos e continuou a agredir a senhora. Dessa forma, Caio não viu outra alternativa a não ser desferir um soco no agressor para afastá-lo da senhora e imobilizá-lo em seguida, até a chegada da polícia.

Diante do exposto, a conduta de Caio pode ser beneficiada pela exclusão da:

- a) tipicidade em razão da coação física irresistível.
- b) culpabilidade em razão da coação moral irresistível.
- c) ilicitude em razão do exercício regular de um direito.
- d) ilicitude por legítima defesa.

Comentários

Gabarito: D.

A alternativa correta é a letra D.

A questão aborda conhecimentos sobre excludentes de tipicidade, ilicitude e culpabilidade.

A alternativa A está incorreta. A coação física irresistível é causa que exclui a tipicidade uma vez que elimina por completo a vontade do agente coagido. Sendo assim, a vontade do coagido não é apenas viciada, mas suprimida, de modo que ele passa a ser um mero instrumento do coautor, excluindo a conduta do coagido.

No caso apresentado, Caio não estava atuando sob coação física.

A alternativa B está incorreta. A coação moral irresistível é causa excludente da culpabilidade em razão da inexigibilidade de conduta diversa por parte do sujeito, a qual está prevista expressamente no art. 22 do CP. Nestes casos, o CP prevê que “só é punível o autor da coação ou da ordem”.

No caso apresentado, Caio não estava atuando influenciado por qualquer coação.

A alternativa C está incorreta. O exercício regular do direito está previsto no artigo 23,III, do CP como uma causa de exclusão da ilicitude, a qual se fundamenta no fato de que, se o ordenamento prevê que o agente pode atuar, não é possível que tal ação seja, ao mesmo tempo, incriminada. Típicos exemplos doutrinários são as lesões corporais geradas em uma luta de boxe. Em tese, causar lesões corporais em outra pessoa é fato tipificado no artigo 129 do CP, todavia, no caso das lutas de boxe, há autorização para tanto, de modo que os fatos não são ilícitos.

No caso apresentado, Caio não estava em uma luta de MMA, embora seja atleta deste esporte, logo, sua conduta não se amolda ao artigo 23,III, do CP.

A alternativa D está correta. A legítima defesa é causa que exclui a ilicitude e está prevista no artigo 23,II, do CP, bem como definida legalmente no artigo 25 do mesmo diploma, se caracterizando pela atuação que, “usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem”.

Percebe-se que o Código Penal autoriza a legítima defesa tanto na proteção de direito próprio como de terceiro. No caso apresentado, Caio atuou, de forma moderada e com os meios necessários, na



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

defesa de interesse de terceiro, sendo sua conduta abrangida por esta excludente de ilicitude.

Direito Processual Penal

Questão 32. 4000010938

A República Federativa Alfa reconhece o Poder Judiciário como um dos poderes independentes da República. Em Alfa há um órgão de acusação independente e diferente do Judiciário, responsável por formular acusações criminais, tendo a iniciativa probatória. Em Alfa, um acusado seria um sujeito de direitos no âmbito do processo penal, e os princípios democráticos do processo penal, tais como o princípio do Juiz Natural e da presunção de inocência, são reconhecidos. A partir dos dados fornecidos, o país Alfa adota o sistema processual com traços mais marcantes do sistema

- a) acusatório
- b) inquisitivo
- c) misto
- d) consensual

Comentários

Gabarito: A.

A alternativa correta é a letra A. A questão trata sobre sistemas processuais, sistema acusatório, sistema inquisitivo, sistema misto e sistema consensual.

A alternativa A está correta. Pois é exatamente o que descreve a questão, onde por esse sistema, tem separadas e bem delimitadas as funções de

cada sujeito processual. As atividades de acusar, defender e julgar são atribuídas a pessoas ou agentes distintos.

A alternativa B está incorreta. Pois no sistema inquisitório uma mesma pessoa ou agente do Estado acumula todas as funções essenciais do processo: defender, acusar e julgar – principalmente as duas últimas.

A alternativa C está incorreta. Pois no sistema misto o processo se desdobra em duas fases; a primeira é tipicamente inquisitória e a outra é acusatória. Na primeira fase ocorre instrução escrita e secreta, sem acusação, e, por isso mesmo, sem contraditório. Apura-se o fato em sua materialidade e autoria, ou seja, a imputação física do fato ao agente. Na segunda etapa o acusador apresenta a acusação, o réu se defende e o juiz julga.

A alternativa D está incorreta. Não existe sistema consensual.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C e D.

Questão 33. 4000010939

Ana Rosa foi denunciada perante o Tribunal do Júri pela prática de homicídio duplamente qualificado, por ter sido praticado mediante tortura e em razão da idade da vítima, Inocêncio, criança de 8 anos de idade, ambas as qualificadoras devidamente sustentadas no plenário pela acusação. O Conselho de Sentença respondeu afirmativamente aos quesitos de autoria e materialidade, e negativamente ao quesito de clemência, reconhecendo, ainda, as duas qualificadoras. Na



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

sentença, o Juiz Presidente utilizou a qualificadora sobejante como agravante genérica. Foi interposta apelação defensiva, com base na alegação de decisão contrária à decisão dos jurados e injustiça na aplicação da pena. Ao final da fundamentação, formulou os seguintes requerimentos: o afastamento da qualificadora da tortura, a inadmissibilidade de reconhecimento de agravantes, de ofício, pelo Juiz Presidente, e a absolvição da ré por ausência de provas. Como advogado(a) de Geminiana, mãe da vítima, prévia e regularmente admitida como assistente de acusação, intimada a se manifestar em contrarrazões, é pertinente alegar

a) o não cabimento de apelação em face da sentença proferida pelo Juiz Presidente do Tribunal do Júri.

b) a existência de prova suficiente de autoria.

c) a inviabilidade de o Tribunal afastar a qualificadora quesitada ao Conselho de Sentença.

d) a admissibilidade do reconhecimento de agravantes pelo Juiz Presidente, ainda que nenhuma delas tenha sido alegada em plenário.

Comentários

Gabarito: C.

A alternativa correta é a letra C. A questão trata sobre tribunal do júri e recursos.

A alternativa A está incorreta. Pois é cabível apelação em face da sentença proferida pelo Juiz Presidente do Tribunal do Júri, conforme a literalidade do art. 593, inciso III, alínea “b” do CPP: “Caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias: III - das decisões do Tribunal do Júri, quando: b) for a

sentença do juiz-presidente contrária à lei expressa ou à decisão dos jurados.”

A alternativa B está incorreta. Pois a própria questão trouxe que os jurados já reconheceram a existência suficiente de provas de autoria e materialidade.

A alternativa C está correta. Pois o Tribunal não pode afastar a qualificadora quesitada pelos jurados pela determinação constitucional da soberania dos veredictos, conforme art. 5º, inciso XXXVIII, alínea “c”, da CF.

A alternativa D está incorreta. Pois conforme a jurisprudência do STJ, o juiz poderá reconhecer as agravantes de ofício, não havendo, neste caso, violação ao princípio da correlação. Assim, não ofende o princípio da congruência a condenação por agravantes não descritas na denúncia. Isso é autorizado pelo art. 385, do CPP, que foi recepcionado pela CF/88. (STJ. 5ª Turma. AgRg no REsp 1612551/RJ, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 02/02/2017. STJ. 6ª Turma. HC 381590/SC, Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro, julgado em 06/06/2017.)

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra C, estando incorretas as alternativas A, B e D.

Questão 34. 4000010940

Francisco e seu filho Alfredo depredaram o carro de Terezinha, o que motivou o ajuizamento de queixa-crime em face de Francisco e Alfredo, dentro do prazo decadencial, pelo crime de dano qualificado por motivo egoístico, disposto no Art. 163, inciso IV, do CP. No curso da ação penal,



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

Francisco e Terezinha começaram a ter um relacionamento amoroso. Terezinha perdoou expressamente Francisco nos autos da queixa-crime. Intimado, Francisco aceitou o perdão da ofendida, o Juízo declarou a extinção da punibilidade em face de Francisco, mas, determinou o seguimento da ação penal em relação a Alfredo. Diante do caso narrado, assinale a opção que apresenta, corretamente, os princípios que você, como advogado(a) de Alfredo, deve alegar no interesse de seu cliente.

- a) Da indivisibilidade e da disponibilidade.
- b) Da divisibilidade e da intranscendência das penas.
- c) Da legalidade e da presunção de inocência.
- d) Do ne bis in idem e da individualização das penas.

Comentários

Gabarito: A.

A alternativa correta é a letra A. A questão trata sobre princípios de ação penal privada.

A alternativa A está correta. Pois nas ações penais de iniciativa privada vigora o princípio da indivisibilidade, decorrente de expressa previsão legal disposta no art. 48 do CPP: “A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, e o Ministério Público velará pela sua indivisibilidade.” Ainda, nas ações penais de iniciativa privada, é conferida a faculdade de prosseguir ou não até o final do processo após deflagrada a ação; ou seja, dela pode dispor a qualquer momento.

A alternativa B está incorreta. As ações penais de iniciativa privada são indivisíveis.

A alternativa C está incorreta. Os princípios da legalidade e da presunção de inocência são comuns a todas as ações, sejam públicas ou privadas, e não justificam a resposta da questão.

A alternativa D está incorreta. O ne bis in idem e a individualização das penas não justificam a resposta da questão.

Portanto, considerando as razões acima, a única alternativa correta é a letra A, estando incorretas as alternativas B, C e D.

Direito do Trabalho

Questão 35. 4000010951

Roberta é estagiária numa fábrica de tecelagem, mesmo lugar onde Rogéria atua como aprendiz e que Fabiane trabalha como subgerente. No ano de 2024, as três trabalhadoras engravidaram. O empregador consultou você, como advogado(a), sobre a possibilidade de dispensar essas trabalhadoras sem justa causa, porque os sócios decidiram investir em máquinas modernas, automatizadas, e dispensar 50% da mão de obra. Considerando os fatos narrados e a norma de regência, assinale a opção que apresenta a orientação correta que você prestou.

- a) Apenas Fabiane possui garantia no emprego
- b) Somente Rogéria e Fabiane possuem garantia no emprego.



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

c) Roberta, Rogéria e Fabiane não poderão ser dispensadas em razão da garantia no emprego oriunda da gravidez.

d) Todas as trabalhadoras citadas poderão ser dispensadas sem justa causa em razão da força maior apresentada pela empresa.

Comentários

Gabarito: B.

A alternativa correta é a letra B. A questão trata do tema garantia de emprego.

Conforme a Súmula 244 do TST: “Súmula 244: (...) II. A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade. III. A empregada gestante tem direito à estabilidade provisória prevista no art. 10, inciso II, alínea “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato por tempo determinado.”

Fabiane, que trabalhou como subgerente, é empregada, então terá garantia ao emprego.

Rogéria, que atua como aprendiz, exerce contrato por prazo determinado, na forma do art. 428 da CLT, também fazendo jus à estabilidade: “Art. 428. Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o

aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.”

Roberta, que atua como estagiária, não pode ser considerada empregada. Isso porque o contrato de estágio não se equipara ao contrato de emprego, não gerando o vínculo empregatício e, portanto, não garantindo a estabilidade. É o que prevê art. 3º da Lei 11.788/08: “Art. 3º O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:”

Desta feita, observe que apenas Rogéria e Fabiane possuem garantia no emprego, enquanto Roberta não possui. Logo, a alternativa B está correta.

Questão 36. 4000010952

Pedro e Vitor trabalham na mesma sociedade empresária. Em 2023, Pedro foi convocado para prestar serviço militar obrigatório e Vitor sofreu um grave acidente de trabalho, que exigiu seu afastamento do emprego por um ano. Sobre o tempo de serviço dos dois empregados, considerando os fatos narrados e o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

a) Ambos os empregados terão computado o tempo de afastamento na contagem de tempo de serviço para efeito de indenização.

b) Somente Pedro terá computado o tempo de serviço militar na contagem de tempo de serviço para efeito de indenização

c) Nenhum dos empregados terá computado o tempo de afastamento na contagem de tempo de serviço para efeito de indenização.



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

d) Apenas Vitor terá computado o tempo de serviço militar na contagem de tempo de serviço para efeito de indenização.

Comentários

Gabarito: A.

A alternativa correta é a letra A. A questão trata do tema tempo de serviço.

Conforme art. 4º, § 1º, da CLT: “Art. 4º. (...) § 1º Computar-se-ão, na contagem de tempo de serviço, para efeito de indenização e estabilidade, os períodos em que o empregado estiver afastado do trabalho prestando serviço militar e por motivo de acidente do trabalho.”

Assim, tanto Pedro quanto Vitor terão computado o tempo de afastamento na contagem de tempo de serviço para efeito de indenização.

Questão 37. 4000010953

Constantino é empregado em uma indústria de fabricação de móveis. O empregador ficou ciente de que o Ministério Público Estadual apresentou denúncia contra Constantino pela prática de fato típico, antijurídico e culpável, praticado durante uma assembleia de condomínio contra um morador do mesmo prédio. A denúncia foi recebida pelo juiz criminal e o processo penal teve início. A sociedade empresária consulta você, como advogado(a), para saber que efeito jurídico essa situação terá no contrato de trabalho. De acordo com a legislação em vigor, assinale a afirmativa que, corretamente, apresenta sua resposta.

a) O contrato de trabalho de Constantino ficará suspenso pelo recebimento da denúncia.

b) O recebimento da denúncia é falta grave que automaticamente ensejará a extinção do contrato por justa causa

c) Nenhuma consequência haverá no contrato de trabalho, porque a presunção é de inocência.

d) O contrato de trabalho ficará interrompido e Constantino será considerado licenciado até o término da ação penal.

Comentários

Gabarito: C.

A alternativa correta é a letra C. A questão trata do tema rescisão do contrato de trabalho.

Conforme art. 482, alínea “d”, da CLT: “Art. 482 - Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador: (...) d) condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;”

Portanto, no caso narrado pelo enunciado e levando em consideração o dispositivo acima colacionado, é possível dizer que não haverá consequência ao contrato de trabalho de Constantino, posto que o processo criminal apenas teve início, não tendo havido ainda condenação transitada em julgado. Logo, presume-se sua inocência. Assim, a alternativa C está correta.

A alternativa A está incorreta. Não é causa de suspensão do contrato de trabalho, posto que não existe tal hipótese na CLT.

A alternativa B está incorreta. Não há de se falar em extinção do contrato de trabalho por justa causa, pois não houve condenação transitada em julgada,



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

conforme exige art. 482, alínea “d”, da CLT, acima colacionado.

A alternativa D está incorreta. Não é causa de interrupção do contrato de trabalho, posto que não existe tal hipótese no rol do artigo 473 e nem em nenhum outro dispositivo da CLT.

Direito Processual do Trabalho

Questão 38. 4000010395

Jeferson trabalhou em São Paulo de 2018 a 2023, quando foi dispensado sem justa causa e voltou para sua cidade de origem, Fortaleza/CE. Entendendo ter realizado sobrejornada sem receber, Jeferson contratou um advogado na sua cidade que ajuizou reclamação trabalhista distribuída a uma das Varas de Fortaleza/CE requerendo o pagamento de horas extras. A ex-empregadora foi citada para a audiência, que ocorrerá em quatro meses, mas pretende deslocar o feito para São Paulo, pois foi o único local da prestação de serviços e onde o autor foi contratado. Para tanto, a ex-empregadora o(a) contratou como advogado(a).

Na qualidade de advogado(a) da sociedade empresária, considerando os fatos e o que dispõe a CLT, assinale a afirmativa correta.

a) A sociedade empresária poderá apresentar a exceção de incompetência territorial até a audiência.

b) A sociedade empresária deve apresentar a exceção de incompetência territorial em até dez dias corridos, contados da citação.

c) A sociedade empresária deverá apresentar a exceção de incompetência territorial em cinco dias úteis, contados da citação.

d) Não se poderá apresentar exceção de incompetência territorial, porque a ação pode ser ajuizada no domicílio do autor, ainda que não coincida com o local da prestação dos serviços.

Comentários

Gabarito: C.

A questão trata do tema reclamação trabalhista, mais precisamente sobre a exceção de incompetência territorial.

De acordo com art. 800 da CLT: “Art. 800. Apresentada exceção de incompetência territorial no prazo de cinco dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção, seguir-se-á o procedimento estabelecido neste artigo.”

Portanto, a alternativa C está correta.

Analisemos as inconsistências das demais alternativas.

A alternativa A está incorreta. O prazo, conforme art. 800 da CLT, acima transcrito, é de 5 dias, e não “até a audiência”.

A alternativa B está incorreta. O prazo, conforme art. 800 da CLT, acima transcrito, é de 5 dias, e não de 10 dias.

A alternativa D está incorreta. Neste caso, é sim possível apresentar exceção de incompetência territorial, pois a ação deve ser ajuizada no local da prestação de serviços, conforme art. 651 da CLT: “Art. 651 - A competência das Juntas de



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

Conciliação e Julgamento é determinada pela localidade onde o empregado, reclamante ou reclamado, prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado noutra local ou no estrangeiro.”

Questão 39. 4000010396

Em determinada reclamação trabalhista, com a presença das partes e dos advogados, ocorreu a 1ª audiência apenas para a tentativa de conciliação, que não teve sucesso. Então, o juiz recebeu a defesa e deferiu as provas testemunhais e os depoimentos pessoais recíprocos, sob pena de confissão, designando a data da instrução. Chegado o dia da audiência de instrução, as partes foram apregoadas e nenhuma delas estava presente, não havendo qualquer justificativa para as ausências.

Assinale a opção que indica o que deve ocorrer com esse processo.

- a) O juiz deverá designar nova audiência.
- b) O juiz deve aplicar a confissão somente em desfavor do autor.
- c) O magistrado julgará de acordo com a distribuição do ônus da prova.
- d) O processo será arquivado.

Comentários

Gabarito: C.

A questão trata do tema reclamação trabalhista, mais precisamente sobre a audiência de instrução.

De acordo com a Súmula 74, I, do TST, caso a parte não compareça, a ela é aplicada a confissão. Vejamos: “Súmula 74-TST: I - Aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor.”

Portanto, a alternativa C está correta: se ambas as partes não compareceram e não houve justificativa para as ausências, o juiz julgará conforme a distribuição do ônus da prova.

A distribuição do ônus da prova está disposta no art. 818 da CLT: “Art. 818. O ônus da prova incumbe: I - ao reclamante, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao reclamado, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do reclamante.”

Analisemos as inconsistências das demais alternativas.

A alternativa A está incorreta. Somente há designação de nova audiência caso haja motivo relevante para a ausência, conforme art. 844, § 1º, da CLT: “§ 1º Ocorrendo motivo relevante, poderá o juiz suspender o julgamento, designando nova audiência.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com a Súmula 74, I, do TST, acima transcrita, a confissão não será aplicada somente a uma das partes.

A alternativa D está incorreta. O processo somente seria arquivado se apenas o reclamante não comparecesse à audiência. De acordo com art. 844, caput, da CLT: “Art. 844 - O não-comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não-comparecimento do



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato.”

Questão 40. 4000010397

Você é advogado de um trabalhador em sede de reclamação trabalhista. Em que pese o direito de seu cliente ser constitucionalmente assegurado, pois se trata de férias não gozadas um ano após o período aquisitivo, que tampouco foram indenizadas, a sentença de primeiro grau considerou o pedido improcedente. Do mesmo modo o recurso pertinente contra essa decisão também teve o provimento negado. Diante disso, considerando a decisão contrária ao dispositivo constitucional, você interpôs o recurso cabível, que não foi admitido sob a alegação de que não preenchia os pressupostos para tanto.

Diante disso, assinale a afirmativa que apresenta, corretamente, a medida a ser adotada no interesse do seu cliente, sendo certo que as decisões não contêm nenhum vício de dúvida, omissão, obscuridade ou contradição.

- a) Recurso de Revista.
- b) Agravo de Instrumento.
- c) Recurso Extraordinário.
- d) Agravo de Petição.

Comentários

Gabarito: B.

A alternativa correta é a letra B.

A questão trata do tema recursos em processo do trabalho.

Observe que, no caso narrado, o recurso cabível contra a decisão de primeiro grau é o recurso ordinário, o qual teve provimento negado. Contra tal negatória, foi interposto novo recurso, desta vez, cabível o recurso de revista, o qual não foi admitido sob a alegação de que não preenchia os pressupostos de admissibilidade.

O recurso cabível contra a denegação da interposição de recursos é o agravo de instrumento, conforme art. 897, alínea “b”, da CLT. Vejamos: “Art. 897 - Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: b) de instrumento, dos despachos que denegarem a interposição de recursos.”

Portanto, a alternativa B está correta.

Analisemos as inconsistências das demais alternativas.

A alternativa A está incorreta. O recurso de revista é cabível contra decisões proferidas em grau de recurso ordinário, conforme art. 896 da CLT: “Art. 896 - Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando: (...)”

A alternativa C está incorreta. O recurso extraordinário é cabível nos casos dispostos no art. 102, III, da CF: “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: III - julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida: a) contrariar dispositivo desta Constituição; b) declarar a inconstitucionalidade de



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

tratado ou lei federal; c) julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição. d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.”

A alternativa D está incorreta. O agravo de petição é cabível em processo de execução trabalhista. De acordo com art. 897, alínea “a”, da CLT: “Art. 897 - Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: a) de petição, das decisões do Juiz ou Presidente, nas execuções;”



Simulado de Nivelamento OAB 1ª Fase – 13/10/2024

CONHEÇA NOSSOS CURSOS!

Curso para a 1ª fase:

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

ASSINE: Estratégia Questões:

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
